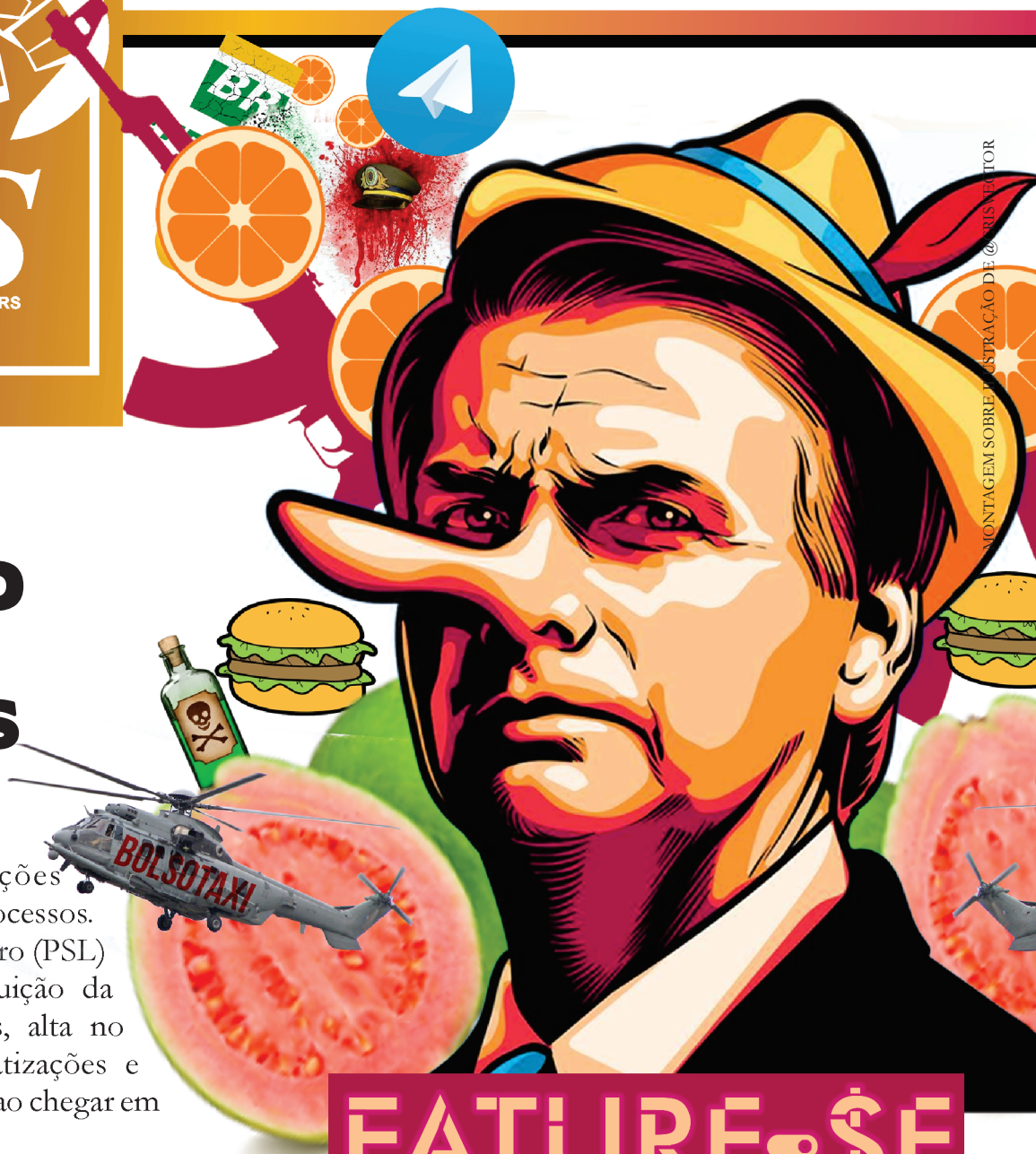


## (DES)GOVERNO BOLSONARO. AONDE VAMOS PARAR?

Polêmicas, mentiras e indícios de ações criminosas mascaram um governo de retrocessos. O primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (PSL) registra aumento do desemprego, diminuição da economia, envenenamento dos alimentos, alta no desmatamento, corte na educação, privatizações e retirada de direitos. Já é possível ter certeza, ao chegar em dezembro, o saldo não será positivo.

Página 6 e 7



# FUTURE-SE

### EDUCAÇÃO

**Bolsonaro lança projeto para privatizar a universidade pública e os institutos federais**



Programa "Future-se" vai estimular a captação de recursos privados pelas instituições de ensino e coloca a gestão das universidades na mão de OSs (organizações sociais). Por que devemos nos preocupar?

Páginas 04 e 05.

### RESISTÊNCIA

**União dos trabalhadores e estudantes é a saída para barrar os retrocessos do governo**



Bolsonaro é o governo a **pior avaliação** em seu primeiro mandato desde Collor. A população começa a sentir na pele a política nefasta do governo e fortalece as mobilizações nacionais. É hora de ampliar a mobilização dos sindicatos, movimentos sociais e sua agenda de lutas. **Página 08**

### APOSENTADORIAS

**Reforma da previdência**



Projeto da Reforma da Previdência avança no congresso, mas pressão da população ameniza os ataques.

Página 07

**POLÍTICA****Governo anuncia novo corte de investimentos.**

O governo publicou no dia 30 de julho em edição extraordinária do "Diário Oficial da União", o decreto de programação orçamentária com o detalhamento do chamado contingenciamento (bloqueio) de mais R\$ 1,44 bilhão em gastos no Orçamento de 2019.

Devido à retenção de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimada para este ano são os menores desde 2008. Do valor adicional de R\$ 1,44 bilhão contingenciado neste mês, as duas pastas que sofreram os maiores bloqueios são o Ministério da Cidadania: R\$ 619,16 milhões (42,9% do total de R\$ 1,44 bilhão) e Ministério da Educação: R\$ 348,47 milhões (24,1%). Até o momento, o MEC foi o que mais sofreu cortes, um total de R\$ 6 bilhões, se somados todos os bloqueios feitos pelo governo em 2019. O corte no final de julho atinge alguns programas do governo federal, como:

- Investimentos em infraestrutura;
- Ações de defesa agropecuária;
- Bolsas do CNPq;
- Concessão de bolsas de estudo (Capes);
- Pronatec; Emissão de passaportes;
- Farmácia popular;
- Fiscalização ambiental (Ibama);
- Bolsas para atletas;
- Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;
- Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

Confira os demais desmontes de Bolsonaro, nas [páginas 06 e 07](#).

**Fique por dentro da agenda do sindicato:**  
[assufrgs.org.br/agenda](http://assufrgs.org.br/agenda)

**Mande um "oi" para a Assufrgs no whatsapp e receba nossa agenda e notícias pelo aplicativo:**  
**(51) 99923-6703.**

**ASSUFRGS INFORMA****Atualize a sua forma de pagamento da mensalidade sindical**

Apesar da MP (873/19) ter perdido a sua validade, já tramita projeto de lei que tenta impedir que os sindicatos possam fazer o desconto das mensalidades dos filiados direto no contracheque, como é feito atualmente na Assufrgs.

Por isso CONVOCAMOS a categoria para atualizar a forma de pagamento da mensalidade sindical, como DÉBITO BANCÁRIO. Essa opção somente será utilizada caso sejamos impedidos de colocar a cobrança no contracheque. Ajude na manutenção da Assufrgs. Assine a ficha de autorização no endereço: [assufrgs.org.br/mensalidade](http://assufrgs.org.br/mensalidade)

**ATENÇÃO**

A Assufrgs não faz visitas pessoais nas casas dos filiados, sem entrar em contato prévio e não solicita de maneira alguma pagamentos via dinheiro ou cheque, sem ser dentro das dependências do sindicato e nos eventos da categoria. Evite cair em golpes e não dê valores em nome da Assufrgs. Na dúvida, entre em contato com a gente pelo telefone, (51) 32281054, ou pelo e-mail: [secretaria@assufrgs.org.br](mailto:secretaria@assufrgs.org.br)



Em 1987, a cartunista Laerte Coutinho publicou e disponibilizou a coletânea "Ilustração Sindical do Laerte" para sindicatos e associações de trabalhadores. O livro contém ilustrações publicadas em jornais, boletins e revistas de entidades sindicais brasileiras entre 1977 e 1986. A publicação está disponível no acervo do Centro de Documentação da Assufrgs.

**GT APOSENTADOS INFORMA****Novembro**

15º Encontro de Aposentados em **Garopaba**, de 05 a 14 de novembro. Em breve inscrições no setor de convênios

**Dezembro**

Passeio para **Rivera**, 06, 07 e 08 de dezembro. Aguarde mais informações

**EXPEDIENTE**

**COORDENAÇÃO GERAL** Bernadete Menezes, Charles Almeida e Rafael Berbigier de Bortoli

**COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL** Frederico Bartz e Silvio Corrêa

**COORDENAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR** André Dias Mortari e Maria Luiza da Silva Ramos

**COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO** Alaor Souza e Sibila Binotto

**COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** Jade Monteiro e Márcia Tavares

**COORDENAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER** Gilson Santos e Rosane Pereira

**COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA** Laís Magbel Camisolão e Teresinha da Costa Fraga

**COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA** Mariane Quadros e Marlise Santos

**JORNALISTA RESPONSÁVEL** Vitor Hugo Xavier **DIAGRAMAÇÃO** Christofer Dalla Lana



Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS

## Assufrgs busca os beneficiários da Ação Coletiva do Enquadramento **JURÍDICO**

A Assufrgs Sindicato em parceria com o escritório CSPM Advogados coloca à disposição uma agenda para realização de plantões jurídicos descentralizados. O objetivo é que os colegas da categoria tenham a oportunidade de tirar dúvidas sobre a ação do enquadramento, que beneficia milhares de colegas TAEs e outras demandas jurídicas, em reuniões realizadas diretamente nas unidades da base.

Os colegas que tenham interesse em receber um plantão jurídico em sua unidade podem requisitar o encontro no e-mail: [juridico@assufrgs.org.br](mailto:juridico@assufrgs.org.br) Não esqueça de indicar qual sua unidade, setor e nome.

Desde abril de 2018 a assessoria jurídica da Assufrgs está em busca dos TAEs beneficiários da ação do enquadramento. Mais de mil colegas já foram localizados, mas muitos ainda não sabem que têm direito ao benefício ou não têm dados e documentos atualizados no sindicato.

A ação coletiva em nome da Assufrgs, conhecida na categoria como "Ação do Enquadramento", foi ajuizada em 2008 em razão da negativa da UFRGS em aceitar o somatório dos certificados apresentados para enquadramento nos níveis de capacitação (I, II, III ou IV) no PCCTAE.

Após 10 (dez) anos, o Poder Judiciário, através do Superior Tribunal de Justiça, condenou a UFRGS a afastar a proibição que impôs em 2006, reenquadrar os servidores prejudicados e pagar as diferenças remuneratórias decorrentes.

### ▶ Quem tem direito?

Servidores Técnico-Administrativos em Educação, ativos ou já aposentados, que foram prejudicados em seu enquadramento inicial no PCCTAE pela proibição de somar as cargas horárias apresentadas.

### ▶ Qual o benefício de executar esta ação?

As situações devem ser analisadas individualmente, a partir da quantidade horas de cursos de capacitação apresentada por cada servidor quando do enquadramento no PCCTAE. Utiliza-se a somatória da carga horária dos cursos negada pela Universidade para recompor a situação relativa ao enquadramento inicial.

### ▶ Como será feita a execução?

A apresentação dos cálculos e o pedido de obrigação de fazer (para os casos que necessitam de reenquadramento) será feito através do processo de Cumprimento de Sentença, em grupos de 5 servidores com situações similares, evitando ao máximo impugnações pontuais por parte da UFRGS.

Antes de ser ajuizado, o Cumprimento de Sentença passa por uma série de andamentos internos: verificação da documentação do servidor, obtenção das fichas financeiras e processos de enquadramento, realização dos cálculos pelo perito contábil e, por fim, protocolo na Justiça Federal.

## Reitoria da UFRGS não negocia com a categoria e impõe a interligação do login com a frequência **LOGIN NA UFRGS**

Na última Assembleia Geral da Assufrgs, realizada em 12 de julho, a categoria aprovou intensificar a luta contra os retrocessos impostos pela administração da UFRGS. O ponto central de preocupação dos TAEs é a falta de negociação e de transparência da Reitoria com a categoria e a implementação, às pressas, de uma interligação entre login e frequência, que iniciou em julho em alguns setores e será implantada em setembro em toda universidade. Na prática, a interligação fragiliza a liberdade sindical, colocando os técnicos "à mercê" da chefia direta, facilitando perseguições, descontos de salários e dificultando liberações.

Desde a adesão dos TAEs ao sistema de login, em 2017, vem se tentando uma negociação com a administração sobre as pautas da categoria, entre elas o controle de frequência, liberdade sindical, flexibilização, e mais recentemente as Instruções Normativas nº1 e nº 2, porém sem retorno por parte da reitoria ou PROGESP.

A Assufrgs ingressou com Mandado de Segurança contra a Reitoria devido à omissão da administração em detalhar aos servidores, através de documentos e mais informações, como será a interligação do login com a frequência. A Assufrgs também entrará com uma ação contra a Reitoria, pela ausência de negociação efetiva com o sindicato.

Para mobilizar a categoria contra os retrocessos dentro da UFRGS, a Assufrgs realiza reuniões nas unidades. O objetivo é discutir as necessidades de cada setor em relação a jornada de trabalho e o controle de frequência. Esses encontros irão resultar em um documento com as demandas da categoria. A Assufrgs prepara nova Assembleia Geral para debater o tema e aprovar o texto do documento que será protocolado no CONSUN.

## **JURÍDICO**

### **Auxílio transporte deve ser pago também para servidor que utiliza veículo próprio**

O Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido de que o auxílio-transporte, instituído pela MP 2.165-36/2001, é devido ao servidor em razão de despesa com transporte para o deslocamento entre a sua residência e o local de trabalho, seja mediante veículo próprio ou coletivo.

Recentemente, a CSPM Advogados Associados garantiu o pagamento da verba após ação coletiva em nome da Assufrgs. Fique atento, você tem direito ao auxílio transporte. Havendo qualquer problema acione o jurídico da Assufrgs.

### **UFRGS terá que pagar aos servidores os valores descontados referente a auxílio-creche. Cabe recurso.**

Em ação da Assufrgs o juiz federal Gabriel Menna Barreto Von Gehlen decidiu que a participação do servidor no custeio do auxílio-creche acaba por transferir-lhe, parcialmente, um dever que é do Estado. A UFRGS foi condenada a restituir os valores indevidamente descontados de seus servidores. Os valores ainda deverão ser corrigidos.

A condenação se deu em primeiro grau, cabendo recurso da universidade. Não haverá, neste momento, qualquer alteração nos contracheques dos servidores, de modo que a UFRGS pode seguir fazendo os descontos por enquanto.



## EDUCAÇÃO

# Bolsonaro lança projeto de lei para privatizar a universidade pública e os institutos federais

*Batizado de Future-se, o primeiro programa do governo de Jair Bolsonaro (PSL) para a educação superior prevê estimular a captação de recursos privados pelas instituições de ensino, inserir a figura jurídica das OSs (organizações sociais) para gestão das universidades e formar um fundo soberano para administrar o patrimônio imobiliário ligado às reitorias. Por que devemos nos preocupar?*

No último dia 17 de julho o governo de Jair Bolsonaro (PSL) lançou através do Ministério da Educação, o projeto de lei "Future-se". O nome tenta mascarar, mas na verdade o objetivo é a privatização das universidades e Institutos Federais. O PL é composto por rasas 18 páginas, que deixam diversas dúvidas, já que oito delas remetem a alterações em 17 leis existentes. O documento é dividido em três partes: "I – gestão, governança e empreendedorismo; II – pesquisa e inovação; e III – internacionalização".

Com o programa, as universidades poderão celebrar contratos de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade e da União. As reitorias poderão fazer PPPs, comodato ou cessão dos prédios e lotes. Abre para a criação de fundos patrimoniais (endowment), para financiar pesquisas e até ceder os "naming rights" de campi e edifícios, assim como acontece nos estádios de futebol que levam nomes de bancos ou seguradoras.

## 10 PONTOS NEGATIVOS DO PROJETO FUTURE-SE

### 1 Fim da autonomia universitária e custeio terceirizado

De acordo com o projeto de lei o programa será operacionalizado por contratos de gestão com Organizações Sociais. Cada OS deve gerir um conjunto de universidades. Porém há pontos obscuros sobre qual será o papel das OSs. O que significa transferir a responsabilidade de gestão para uma OS? É uma reforma privatista da educação, que agride a autonomia das instituições federais de ensino e transfere para entidades privadas (organizações sociais) o processo de gestão dos recursos relativos a investimentos em empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento e inovação. Na prática, inicia-se uma privatização das universidades e dos institutos federais, ameaçando o tripé ensino/pesquisa/extensão e os programas de assistência estudantil. Parcerias com a iniciativa privada já são comuns na universidade brasileira, mas elas se dão mantendo o caráter público e respeitando a autonomia universitária. Em suma, o projeto visa desresponsabilizar a União do seu compromisso com a educação pública e sua, mais do que necessária, expansão.

### 2 Comitê Gestor sem regras

De acordo com os documentos do MEC, o Future-se será acompanhado e supervisionado por um Comitê Gestor, que terá composição e funcionamento "definidos em regulamento". Seria um Comitê com fortes poderes, inclusive na administração da universidade e na escolha dos reitores. Entre suas atribuições, está "definir o critério para aceitação das certificações, para fins de participação no processo eleitoral dos reitores".

### 3 Contratação via CLT

Sobre a função das entidades privadas nas instituições federais, o ministro afirmou ao site de notícias UOL que, se aprovado pelo Congresso Federal, o Future-se vai liberar a contratação de professores universitários sem concurso, via CLT, por meio das OSs. Weintraub disse que a gestão das OSs será semelhante ao que ocorre com a Ebserh - na gestão dos hospitais universitários. "Quero contratar uma pessoa via CLT. A OS permite fazer isso, como o modelo da Ebserh permite fazer isso". A afirmação também deixa em aberto a possibilidade de contratação de técnico-administrativos sem concurso público.

### 4 Doação do bem material das universidades

O projeto pretende entregar o patrimônio acumulado pelo sistema federal de ensino ao mercado para sua comercialização e financeirização. Autoriza, por exemplo, o Ministério da Educação a doar bens imobiliários da União para financiar um fundo gerido pelas organizações privadas.

### 5 Mudanças nas leis

Para viabilizar o projeto será necessária, no mínimo, a modificação de 17 leis existentes, segundo o próprio projeto de lei, preparado pelo MEC e enviado aos reitores. São normas sobre organizações sociais, passando por incentivos à pesquisa, imposto de renda, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei das carreiras do magistério, até a legislação que determina a gratuidade dos hospitais universitários. A modificação neste ponto é profunda, os hospitais universitários poderão aceitar convênios de planos privados de assistência à saúde.

## Fundo soberano, mas sem dinheiro

Todas as ações do Future-se serão financiadas por um grande fundo de investimento, chamado de Fundo Soberano do Conhecimento. Segundo o governo, o aporte inicial seria da ordem de R\$ 100 bilhões. Metade seria conseguida com a alienação ou concessão de patrimônio da União espalhado pelo país e hoje sem uso – terrenos vazios em universidades incluídos. Ou seja, o dinheiro não existe. E, se tudo correr bem, ainda deve demorar a render. O próprio MEC prevê alívio financeiro para as universidades somente daqui a 10 anos. Mas o projeto falha ao explicar como vai ser operado este fundo. Como o fundo vai se relacionar com as universidades? Até agora ninguém sabe...

## Visão mercadológica

Colocar nas mãos da iniciativa privada a gestão dos recursos da universidade pública irá acarretar em menos investimento no ensino e pesquisas das áreas do conhecimento que não são encaradas como lucrativas. Serão estimulados e legalizados núcleos potenciais de “excelência” que se relacionam diretamente com o mercado. Serão tachados de “incompatíveis” todos os núcleos que contrariam as diretrizes do mercado, como as faculdades de humanas, por exemplo. Serão tachados de “ineficientes” os que não possuem perfil empreendedor e que estarão sujeitos a caridade pública supletiva para não fechar. Em suma, a tendência é que as universidades não pensem mais na educação como uma forma de desenvolvimento social para o país, o foco será o mercado.

## Plano de desmonte

O future-se não veio sozinho. Ele é uma nova etapa no desmonte da educação pública federal. A PEC do Teto de gastos, Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 2016, estabeleceu um limite de investimentos para a educação pública. Ela ocasiona, desde então, declínio das verbas de pessoal, de custeio e de investimento nas IFES. As soluções apresentadas para o problema começam a surgir: cortes e contingenciamentos orçamentários progressivos impostos à educação, à ciência e à tecnologia como um todo, e às IFES em particular. Neste ano, Bolsonaro contingenciou 30% das verbas para a educação pública federal, por exemplo. O nome do projeto recém lançado remete ao futuro, mas a prática é uma tática bastante antiga: estão cortando investimentos no setor público, no caso nas universidades e Institutos Federais, para justificar as suas privatizações.

### UFCSPA - Lúcia Pellanda



A UFCSPA criou um grupo de trabalho para analisar todos os aspectos do projeto. A reitora salientou publicamente que o projeto passa pela análise da reitoria desde o seu anúncio e que a universidade também aguarda pela evolução das discussões no âmbito da Andifes. "Há muitos pontos da proposta que geram dúvidas quanto à forma de implementação", detalha a reitora. A reitora salientou ainda a importância de toda a comunidade universitária apropriar-se da proposta.

## Consulta pública é falha

O texto do Future-se está disponível para consulta pública no Ministério da Economia até 7 de agosto e pode sofrer algumas alterações. Porém, curiosamente, alguns trechos do PL, como a questão do fundo soberano nos hospitais universitários, não constam do texto da Consulta Pública. “Estamos abertos ao diálogo. A Consulta é a prova disso”, disse Arnaldo Lima, secretário de Educação Superior do MEC. Ele não informou, no entanto, que a plataforma da Consulta no site do MEC não permite a rejeição ao projeto. Nela você só pode dizer se o projeto é claro ou não.

## Menos incentivo para os Institutos Federais

Quem quer investir na educação da periferia? Os Institutos Federais têm como objetivo descentralizar a educação pública federal. Os campi do IF estão localizados na periferia das capitais ou no interior do país. Locais que até então não recebiam investimentos em educação. Tirar dinheiro do MEC para contratar OSs, que claramente não vêm a educação da periferia como lucrativas, colocam os campi da rede em uma situação frágil e de competição com as universidades já reconhecidamente atrativas para o mercado.

## O que já falaram os reitores?



### UFRGS - Rui Oppermann

O Reitor da UFRGS saudou publicamente o projeto future-se. Em opinião publicada no Jornal Zero Hora, afirmando que “Buscar fontes alternativas de financiamento é desejo da UFRGS, mas a maneira como isso ocorrerá deve atentar para cláusulas pétreas constitucionais, como a autonomia universitária, a liberdade de cátedra e o ensino gratuito para a graduação e pós-graduação stricto sensu.” Já em atividade da Adufrgs Oppermann criticou alguns pontos do projeto, como a criação de um parâmetro de priorização de destino de recursos aos diferentes cursos a partir da empregabilidade, que seria definida pelo mercado de trabalho. “Isso é um assunto que não precisa muito mais pra se dizer aonde ele chega e aonde quer chegar. Há um ataques às Ciências Humanas”, apontou.

### IFRS - Júlio Xandro Heck

“É um projeto unilateral do MEC e pouco detalhado, que nos é imposto”, disse Heck. Entre os pontos mais criticados por ele, estão a perda severa da autonomia, a fragilização dos vínculos docentes e dos técnicos administrativos com suas instituições e a gradativa diminuição do orçamento da união na educação, que será substituída pelo capital privado e resultará no desmonte da interiorização. Segundo ele, os institutos chegam em locais desprovidos de recursos públicos, locais que dificilmente a iniciativa privada terá interesse em manter uma instituição de ensino. “O modelo com as Organizações Sociais é muito grave”, afirma.



**INSTITUTO FEDERAL**  
Rio Grande do Sul

## POLÍTICA

ORDEM E PAZ

CANCELADO POR  
FALTA DE VERBAS**(DES)GOVERNO BOLSONARO  
AONDE VAMOS CHEGAR?**

chegar em dezembro, o saldo não será positivo. Aonde nos levará essa política que destrói o estado brasileiro que, ao invés de buscar soluções para melhorar o acesso da população a trabalho, saúde e educação de qualidade, opta por corte de investimentos nas áreas básicas? Abaixo elencamos os principais pontos que devem ser considerados pela população ao analisar o movimento da política nacional, e o impacto desse governo na realidade da população.

**Uma nação de desempregados**

Estudo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgado no final de julho comprovou que o número de desempregados bateu recorde histórico. Já somos 28,5 milhões de Brasileiros sem emprego, cerca de 25% da massa de trabalhadores.



Os números comprovam que 1 em cada 4 brasileiros em condições de trabalhar está desempregado, trabalhando menos horas do que gostaria ou simplesmente desistiu de procurar emprego. Esse grupo de trabalhadores subutilizados reúne os desempregados, que já são mais de 12% da população (13 milhões de pessoas), aqueles que estão subocupados ou fazendo bicos com menos de 40 horas semanais trabalhadas (7,2 milhões de pessoas), os desalentados, que desistiram de procurar emprego (5 milhões de pessoas) e os que poderiam estar ocupados, mas não trabalham por motivos diversos, como mulheres que deixam o emprego para cuidar os filhos (3,4 milhões).

**Educação como inimiga**

O governo de Bolsonaro declarou guerra contra a educação pública desde os primeiros dias de governo. Ainda em janeiro o MEC aprovou edital para compras de livros que suprimiam compromisso com minorias e permitindo obras sem referência bibliográficas. Na época o então ministro da Educação, Ricardo Vélez, afirmou que as universidades teriam que ficar reservadas para um elite intelectual.



Em fevereiro foi criado o “Lava Jato da Educação”, numa tentativa de desacreditar a educação pública, em busca de possíveis irregularidades no MEC. O ministério ainda mandou e-mail para as escolas do país constringendo os alunos e professores a cantarem o hino nacional e utilizarem o slogan da campanha presidencial do PSL.

Em março, um decreto presidencial cortou mais de 13 mil cargos das universidades e o INEP criou uma comissão para censurar as questões do ENEM, em avaliações prévias. Em abril o governo suspendeu bolsas do CNPq e cortou R\$2 bilhões do orçamento das universidades e institutos federais. O MEC afirma que o critério para o bloqueio de recursos é a existência de “bálbardia” no ambiente acadêmico.

Polêmicas, mentiras e indícios de ações criminosas mascaram um governo de retrocessos. O primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (PSL) registra aumento do desemprego, diminuição da economia, envenenamento dos alimentos, alta no desmatamento, corte na educação, privatizações e retirada de direitos. Já é possível ter certeza, ao

No mês de maio, a CAPES suspendeu a concessão de mais de 3 mil bolsas de pesquisa. Decreto tirou autonomia dos reitores para a nomeação de cargos de comissão e funções de confiança nas universidades. Presidente chamou professores e estudantes que participaram de manifestações pela educação de “idiotas úteis”. MEC ainda ameaçou o corte de pontos dos servidores que participaram das mobilizações.

Junho foi marcado pelo bloqueio de 2.774 bolsas de mestrado e doutorado pela capes e INEP, órgão responsável pelo ENEM, tem o seu terceiro diretor de Avaliação da Educação Básica exonerado do cargo. Bolsonaro ainda nomeia reitores que não estavam na lista tríplice da consulta às comunidades.

Julho teve a apresentação do projeto Future-se, com a proposta de privatização das universidades e IFs, entregando a gestão das instituições na mão de Organizações Sociais. Ao final do mês mais cortes foram anunciados. Leia mais sobre esses últimos ataque nas páginas 02, 04 e 05.

**Brasil envenenado**

Em pouco mais de sete meses de governo, Bolsonaro liberou o registro de 290 agrotóxicos para serem comercializados no Brasil. Em média, um terço dos agrotóxicos utilizados no Brasil são proibidos na União Europeia. A média mensal de liberação de agrotóxicos durante o governo Bolsonaro é 3 vezes maior do que a de 2009 a 2015. A Anvisa aprovou ainda um novo marco regulatório, dia 23 de julho, onde adota o risco de morte como único critério para classificar agrotóxicos.

**Favorecimento da família Bolsonaro**

O presidente se comporta como um monarca. Já deixou claro que irá sim favorecer os seus filhos, indicou Eduardo Bolsonaro (PSL) para a embaixada dos Estados Unidos, maior cargo na diplomacia brasileira, mesmo seu filho não tendo preparo para ocupar a função. Já o presidente do STF, Ministro Dias Toffoli, suspendeu todas as investigações que continham dados detalhados do COAF (Conselho de Controle das Atividades Financeiras) sem autorização judicial. A medida se deu após pedido da defesa do senador Flávio Bolsonaro (PSL), que está sendo investigado pela suspeita de lavagem de dinheiro através de

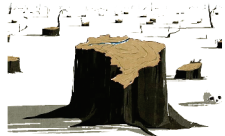
movimento atípicos na conta do seu então assessor e motorista, Fabrício Queiroz. Como a decisão pegou mal e afetava praticamente todos os processos de lavagem de dinheiro do país, que costumam usar dados do COAF, a ministra Raquel Dodge realizou pedido para manter a proibição somente no caso do filho do presidente. A blindagem é forte.

### Corte de remédios



O Ministério da Saúde do Governo Bolsonaro interrompeu o contrato com 18 laboratórios que fabricavam medicamentos que eram distribuídos gratuitamente pelo governo a pacientes com câncer de próstata, mal de Parkinson, câncer de mama, hepatite C, diabetes, dentre outras doenças crônicas.

Com o corte, que foi justificado sob a desculpa de “irregularidades contratuais”, mais de 30 milhões de brasileiros podem ficar sem remédios. Os laboratórios, por sua vez, negam irregularidades e afirmam ainda que o Governo Federal economiza mais de R\$ 20 bilhões por ano mantendo a produção das drogas com eles. O Ministério da Saúde afirma que os remédios serão comprados de laboratórios particulares. Mas ainda não há informações sobre o prazo para iniciar essas compras e quais empresas privadas serão responsáveis pelo fornecimento das drogas ao SUS.



### Licença para desmatar

De acordo com números divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento na Amazônia Legal brasileira atingiu 920,4 km<sup>2</sup> em junho, um aumento de 88% em comparação com o mesmo mês no ano passado. Ao invés de mostrar preocupação e apontar um caminho para frear o desmatamento, a resposta do presidente veio na absurda acusação de que os dados do INPE seriam ‘mentirosos’, demitindo o diretor Ricardo Galvão. Bolsonaro prometeu flexibilizar regras ambientais e cortou o orçamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Os desmatadores estão se sentindo à vontade para invadir unidades de conservação, desrespeitar leis ambientais, poluir rios, promover queimadas e atacar indígenas e camponeses. Até o Fundo Amazônia (bancado pela Noruega e Alemanha) que foi criado para financiar projetos de preservação da floresta segue ameaçado em função da intenção do governo de utilizar os recursos para indenizar grileiros que declaram ter terras em unidades de conservação.

### Rejeição da população



Apesar de fingir que não, Bolsonaro se mantém como o presidente em primeiro mandato com a pior avaliação a esta altura do governo desde Fernando Collor de Mello, em 1990. Apenas para 33%, o presidente faz um trabalho ótimo ou bom. Para 31%, regular, e para outros 33%, ruim ou péssimo.

Outro levantamento do instituto Datafolha, realizado entre 04 e 05 de julho, consolida a visão negativa da população ao governo Bolsonaro. Para 4 de cada 10 brasileiros, o presidente não fez nada de muito positivo ou que mereça destaque em seus seis meses de governo. Incitados a responder livremente (não foram dadas opções) o que o presidente teria feito de melhor até então, 39% dos entrevistados responderam “nada”.

Quando questionados o que Bolsonaro teria feito de pior, o decreto das armas aparecem em primeiro lugar, seguido da Reforma da Previdência (12%) e imagem pública (9%) - este último quesito inclui declarações consideradas desnecessárias, uso de palavras ofensivas, postura em relação aos filhos e articulação política.

### Economia em declínio



Ávido pela vitória de Bolsonaro nas eleições, o mercado financeiro vêm enfrentando dificuldades para manter a positividade. A previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, teve redução durante 20 semanas consecutivas, entre abril e julho, e até o fechamento dessa matéria seguia abaixo do 1%. Ou seja, crescimento pífio. Em 06 de abril a previsão de crescimento do PIB era 3%. Os dados são de analistas do mercado financeiro, ouvidos pelo Banco Central.

### Reforma Trabalhista 2.0



Aprovada em comissão mista em 11 de julho, a Medida Provisória 881/2019, deve ser retomada com o fim do recesso da Câmara e pode ir ao plenário em breve. A MP, que ficou conhecida como minirreforma trabalhista, altera 36 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em mais um ataque do governo Bolsonaro aos direitos dos trabalhadores. Entre as mudanças estão: tornar facultativa a criação de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) nas empresas, acabar com e-Social e liberar o trabalho aos domingos e feriados sem remuneração extra.

### DIREITOS Reforma da Previdência avança, mas pressão da população ameniza o texto

Com direito a compra de votos pelo governo Bolsonaro, que liberou mais de R\$ 1 bilhão em emendas constitucionais às vésperas da votação, prometendo outros R\$ 40 milhões para cada deputado, foi aprovada em 1º turno da Câmara dos Deputados a reforma da Previdência. Falta ainda segundo turno e mais dois turnos no senado.

Os trabalhadores se mobilizaram, realizando greve geral em 14 de junho e diversas datas nacionais de mobilização desde janeiro. Os resultados da força do povo nas ruas apareceram. O texto que passou na primeira votação foi mais brando do que aquele proposto inicialmente pelo governo Bolsonaro. A capitalização, por exemplo, que levaria milhares à miséria, saiu do texto, entre outros pontos que foram amenizados.

O texto aprovado unifica a idade mínima para trabalhadores dos regimes geral (INSS) e próprio (serviço público) da Previdência. Em ambos os casos, serão necessários no mínimo 62 (mulheres) e 65 anos (homens) para poder se aposentar. A reforma atrasa a aposentadoria dos brasileiros, que hoje está na casa dos 55 anos para quem consegue o benefício por tempo de contribuição.

Também haverá mudanças no cálculo dos benefícios, o que vai reduzir o valor de aposentadorias e pensões dos futuros beneficiários. Atualmente, são levados em conta apenas as 80% maiores contribuições, e as 20% menores são tiradas da conta, o que ajuda a melhorar a média. Pelo novo cálculo, o trabalhador vai receber 60% da média de todas as suas contribuições.

Diminuindo o valor real das aposentadorias, a reforma vai aumentar o número de brasileiros pobres e vai tirar dinheiro de circulação e prejudicará a economia. O impacto vai ser maior em localidades mais pobres, onde a economia de cidades inteiras depende do dinheiro das aposentadorias.

A mobilização contra a reforma da previdência já teve efeitos positivos, o texto ainda não foi aprovado no congresso nacional. É hora de mobilizar seu local de trabalho e comunidade. Faça pressão aos parlamentares. Seguimos na luta contra a reforma da previdência, em defesa da aposentadoria digna!

## União dos trabalhadores e estudantes é a saída para barrar os retrocessos do governo

*Bolsonaro é o governo com a pior avaliação em seu primeiro mandato desde Collor (veja dados na página 7). A população começa a sentir na pele a política nefasta do governo. É hora de reforçar a mobilização dos sindicatos, movimentos sociais e sua agenda de lutas!*

Se você leu esse jornal, ou está atualizado sobre as notícias da política nacional, é normal que o primeiro sentimento seja o de “terra arrasada”. Não há dúvidas que a conjuntura é difícil. Estamos enfrentando os desmandos de um governo extremamente ideológico, com viés neoliberal e resquícios ditatoriais.

Mas ao olharmos a história de lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais, percebemos que não é de hoje que se tenta privatizar as universidades públicas e destruir a previdência social. Como sobrevivemos a esses períodos?

Foi através dos trabalhadores organizados e nas ruas que se pavimentou o caminho para a resistência e a articulação política de esquerda. Esse movimento organizado de trabalhadores conquistou direitos para diferentes categorias, impediu retirada de direitos de toda a população e garantiu avanços na construção de políticas de bem estar social e democracia ao longo dos anos. A luta é constante.

### O ataque contra a educação e aposentadoria públicas despertou as ruas

Bolsonaro escolheu a educação como inimiga número 1 (veja mais na página 6). A escolha é estratégica e ideológica. O governo, porém, foi pego de surpresa pelos estudantes, professores e trabalhadores da educação que em unidade realizaram grandes manifestações nos dias 15 e 30 de maio, levando milhões às ruas do país. Os estudantes ainda protagonizaram uma passeata histórica no dia 12 de julho em Brasília e os trabalhadores tiveram uma bem sucedida greve geral no dia 14 de junho. Em 13 de agosto também se apresenta novo dia de mobilização nacional.

Os resultados da força do povo nas ruas apareceram: a reforma da previdência, aprovada em 1º turno na Câmara dos Deputados, foi mais branda do que aquela proposta inicialmente pelo governo Bolsonaro. A capitalização, por exemplo, que levaria milhares à miséria, saiu do texto, entre outros pontos que foram amenizados. Também foram as mobilizações contra o corte de 30% no orçamento da educação que conseguiram dialogar com a população sobre a necessidade de se manter em alerta, em defesa das universidades e institutos federais.

### Democracia e direitos sociais: frutos da mobilização

Em maio de 1984, os servidores públicos federais da Educação e da Saúde pararam o Brasil. Reivindicavam reposição salarial e reajustes semestrais para conter os prejuízos dos altos índices inflacionários, além de outras medidas. Trinta mil professores de instituições federais somavam-se ao movimento. A defesa da universidade pública e a denúncia dos cortes de verbas ganhou centralidade no processo, algo que se assemelha ao movimento de 2019.



Ato unitário dos trabalhadores e estudantes no dia 15 de maio em Porto Alegre.

A greve na época durou três meses. Apesar de as reivindicações à época não terem sido totalmente alcançadas, a greve de 1984 foi, acima de tudo, uma profunda demonstração de solidariedade de classe e de união em torno de melhorias para todos, o que permitiu ao movimento conhecer-se e que redundou em iniciativas como o projeto de alfabetização de trabalhadores da UFRGS nos anos seguintes.

Comparativos históricos sempre são injustos, e não raro pouco rigorosos, mas recuperar experiências históricas é fundamental para incrementar nossa atuação política e para reforçar a solidariedade que nos une enquanto classe trabalhadora. Em 2019 vivemos processo semelhante onde a união das diferentes classes de trabalhadores e estudantes se articula em conjunto contra o (des)governo de Bolsonaro, um movimento que gera resultado e pressão imediatos, mas também fortalece a resistência para o próximo período.

### Fortalecer o movimento é necessário

Precisamos intensificar a mobilização para que a retirada de direitos não avance. A reforma da Previdência ainda precisa passar por no mínimo três turnos no congresso nacional, dois deles no Senado. O projeto “future-se” (leia nas páginas 4 e 5) está aí para privatizar a universidade e precisa ser rechaçado pela população.

Convocamos todos os colegas da categoria, ativos, aposentados e pensionistas a participarem das mobilizações da Assufgrs. Mais do que nunca os sindicatos se mostram como agentes importantes para a defesa dos direitos não só dos trabalhadores, mas de toda a população.

Fique atento na agenda das centrais sindicais, converse com os colegas da sua unidade de trabalho e familiares sobre os impactos negativos das propostas do atual governo. É através de um trabalho intenso na base da categoria, no olho-a-olho com os mais próximos e nas ruas que conseguiremos reverter essa política de desmonte do Estado e retirada de direitos. Vamos à luta, companheiros!

*Esse texto conta com pesquisa de Fernanda Feltes, mestre em história pela UFRGS, historiadora do projeto Memória Assufgrs.*

*Saiba mais: [memoria.assufgrs.org.br](http://memoria.assufgrs.org.br)*